

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	35
<b>1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	39
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público .....	39
1.2 Atividade Financeira do Estado .....	42
1.3 Definição de Tributo .....	46
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa expressar .....	47
1.3.2 Prestação compulsória .....	50
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito .....	51
1.3.4 Prestação instituída em lei .....	53
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada .....	53
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos .....	54
1.4 Os Tributos em Espécies .....	56
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo .....	57
1.4.2 Os impostos .....	61
1.4.2.1 A criação dos impostos .....	63
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva ...	64
1.4.3 As taxas .....	65
1.4.3.1 Taxas de polícia .....	66
1.4.3.2 Taxas de serviço .....	68
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis .....	68
1.4.3.2.2 Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos .....	73
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas .....	74
1.4.3.4 Taxas e preços públicos – Notas distintas .....	79
1.4.4 As contribuições de melhoria .....	82
1.4.4.1 Requisitos para instituição e cobrança .....	86

	1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria .....	87
1.4.5		Os empréstimos compulsórios .....	89
	1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição .....	90
	1.4.5.2	Destinação da arrecadação .....	92
	1.4.5.3	Restituição .....	93
1.4.6		As contribuições especiais .....	94
	1.4.6.1	Contribuições sociais .....	99
	1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social .....	99
	1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais .....	102
	1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais .....	104
	1.4.6.1.3.1	A contribuição para o salário -educação .....	104
	1.4.6.1.3.2	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/ 2001 .....	105
	1.4.6.1.3.3	As contribuições para os ser- viços sociais autônomos .....	107
	1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE .....	111
	1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas .....	114
	1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas .....	115
	1.4.6.3.2	Contribuição sindical .....	118
	1.4.6.4	A Contribuição de Iluminação Pública – COSIP .....	120
1.5		Classificações Doutrinárias dos Tributos .....	124
	1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais .....	125
	1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais .....	125
	1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais .....	125
	1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados .....	126
	1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada .....	127
	1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômi- co-financeiro: diretos e indiretos .....	128
	1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais .....	129

1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN .....	129
	Questões .....	132
<b>2.</b>	<b>LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR .....</b>	<b>135</b>
2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica .....	136
2.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo .....	137
2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas .....	137
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte .....	137
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas .....	138
2.4	Princípios ou Regras? .....	140
2.5	A Legalidade .....	141
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal .....	141
2.5.2	Exceções ao princípio .....	142
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa .....	145
2.5.4	Legalidade e medida provisória .....	150
2.6	Princípio da Isonomia .....	152
2.6.1	Acepções do princípio .....	152
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	153
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso .....	153
2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas .....	156
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida .....	156
2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias .....	157
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida .....	158
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS .....	159
2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista) .....	160
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva .....	161
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais .....	162

	2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte .....	165
2.7		O princípio da não surpresa .....	168
	2.7.1	Princípio da irretroatividade .....	170
	2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL .....	172
	2.7.1.2	Irretroatividade e IR .....	173
	2.7.1.3.	Inexistência de exceções ao princípio da irretroatividade .....	176
	2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro .....	177
	2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro .....	178
	2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais .....	180
	2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias .....	182
	2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena .....	182
	2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias .....	185
	2.7.3.2	Exceções à noventena .....	187
2.8		Princípio do Não confisco .....	189
	2.8.1	A configuração do efeito confiscatório .....	189
	2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio .....	192
	2.8.3	Pena de perdimento e confisco .....	194
	2.8.4	Taxas e princípio do não confisco .....	194
	2.8.5	Multas e princípio do não confisco .....	195
2.9		Princípio da Liberdade de Tráfego .....	197
2.10		Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo .....	200
	2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação .....	200
	2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal .....	202
	2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas .....	203
	2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas .....	204
	2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional .....	204
2.11		Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino .....	208
2.12		O princípio da indisponibilidade do interesse público e a Concessão de Benefícios Fiscais .....	209
	2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais .....	210
	2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS .....	213
2.13		Imunidades .....	221
	2.13.1	Diferenciação de institutos assemelhados .....	221

2.13.2	Imunidades e isenções .....	222
2.13.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias .....	226
2.13.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas .....	226
2.13.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas .....	227
2.13.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas .....	228
2.13.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas ....	228
2.13.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas .....	229
2.13.4	As imunidades tributárias em espécie .....	230
2.13.4.1	A imunidade tributária recíproca .....	230
2.13.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista .....	231
2.13.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica .....	235
2.13.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público .....	238
2.13.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil .....	242
2.13.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal .....	243
2.13.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros .....	244
2.13.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal .....	245
2.13.4.2	A imunidade tributária religiosa .....	246
2.13.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos .....	250
2.13.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais .....	251
2.13.4.3.2	Regulamentação legal da imunidade .....	254
2.13.4.3.3	Possibilidade de entidade religiosa gozar da imunidade das entidades assistenciais .....	257
2.13.4.3.4	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada .....	258
2.13.4.4	A imunidade tributária cultural .....	261
2.13.4.5	Imunidade tributária da música nacional .....	265
2.13.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade .....	266



2.13.4.5.2	Tributos abrangidos .....	268
2.13.5	Demais imunidades previstas na CF/1988 .....	268
	Questões .....	270

<b>3.</b>	<b>COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA &amp; LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>273</b>
3.1	Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças .....	273
3.1.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário .....	274
3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção .....	276
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar .....	278
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência .....	279
3.1.2	Competência tributária .....	280
3.1.3	Repartição da competência tributária .....	284
3.1.3.1	Competência tributária privativa .....	284
3.1.3.2	Competência tributária comum .....	286
3.1.3.3	Competência tributária cumulativa .....	287
3.1.3.4	Bitributação e <i>bis in idem</i> .....	288
3.1.3.4.1	<i>Bis in idem</i> .....	288
3.1.3.4.2	Bitributação .....	289
3.2	Legislação Tributária .....	292
3.2.1	Leis .....	294
3.2.1.1	Leis em sentido estrito .....	294
3.2.1.2	Medidas provisórias .....	296
3.2.1.3	Leis delegadas .....	296
3.2.1.4	Resoluções do Senado Federal .....	296
3.2.1.5	Decretos legislativos .....	298
3.2.1.6	Decretos-leis .....	298
3.2.2	Tratados e convenções internacionais .....	298
3.2.2.1	Impacto do tratado internacional sobre o direito interno .....	299
3.2.2.2	Tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – A visão do STF .....	301
3.2.2.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ .....	302
3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) .....	303

3.2.3	Decretos .....	305
3.2.4	Normas complementares .....	305
3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas .....	306
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa .....	306
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas .....	308
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios .....	309
3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária .....	310
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais .....	310
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN .....	313
3.3.2.1	Vigência espacial .....	314
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação .....	315
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional .....	316
3.3.2.2	Vigência temporal .....	317
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade .....	319
3.3.3	Aplicação da legislação tributária .....	320
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN .....	320
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade .....	322
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa .....	323
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades .....	327
	Questões .....	329
<b>4.</b>	<b>INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>331</b>
4.1	Noções Gerais de Interpretação .....	331
4.2	Critérios de Interpretação .....	332
4.2.1	Interpretação quanto à fonte .....	333
4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados .....	334
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional .....	335
4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos .....	336
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações .....	340
4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público .....	342
4.4	O Princípio do <i>Pecunia Non Olet</i> .....	346

4.5	Integração da Legislação Tributária .....	347
4.5.1	Técnicas de integração .....	348
4.5.2	Discricionabilidade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração .....	350
	Questões .....	352
<b>5.</b>	<b>OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>355</b>
5.1	Considerações Iniciais .....	355
5.2	Obrigação Tributária Principal .....	357
5.3	Obrigação Tributária Acessória .....	358
5.4	Teoria do Fato Gerador .....	360
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal .....	362
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória .....	363
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade .....	363
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador .....	366
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato .....	367
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica .....	368
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas .....	368
5.5	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária .....	370
5.5.1	Sujeito ativo da obrigação tributária .....	370
5.5.2	Sujeito passivo da obrigação tributária .....	375
5.5.3	Solidariedade .....	378
5.5.3.1	Tipos de solidariedade .....	380
5.5.3.2	Características da solidariedade .....	382
5.5.4	Capacidade tributária passiva .....	385
5.6	Domicílio Tributário .....	387
	Questões .....	390
<b>6.</b>	<b>RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>393</b>
6.1	Considerações iniciais .....	393
6.2	Modalidades de Responsabilidade .....	395
6.3	Responsabilidade por Transferência .....	397
6.4	Responsabilidade por Substituição .....	398
6.4.1	Substituição tributária regressiva .....	398
6.4.2	Substituição tributária progressiva .....	400
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva .....	402

6.4.2.2	A questão da restituição .....	405
6.4.3	Substituição tributária concomitante .....	409
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão .....	409
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis .....	410
6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa .....	412
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública .....	413
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade .....	414
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis .....	414
6.5.3	A responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i> .....	416
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial .....	421
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas .....	422
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade .....	425
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento .....	426
6.6	Responsabilidade de terceiros .....	431
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular .....	431
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular .....	435
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	443
6.7	Responsabilidade por Infrações .....	444
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente .....	449
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações .....	452
	Questões .....	458
<b>7.</b>	<b>CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO</b> .....	461
7.1	Crédito Tributário e Lançamento .....	461
7.1.1	Competência para lançar .....	464
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada .....	466
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento .....	467
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento .....	469
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado .....	470
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo .....	471
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário .....	472
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa .....	473

7.1.6	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento .....	474
7.2	Modalidades de Lançamento .....	476
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto .....	477
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto .....	479
7.2.2.1	Retificação de declaração .....	481
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento .....	483
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolançamento” .....	485
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia .....	487
	Questões .....	488
<b>8.</b>	<b>SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>491</b>
8.1	Considerações Iniciais .....	491
8.2	Depósito do Montante Integral .....	494
8.3	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal .....	497
8.4	Liminar em Mandado de Segurança .....	501
8.5	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial .....	503
8.6	Moratória .....	505
8.6.1	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação .....	507
8.6.2	Créditos abrangidos pela moratória .....	509
8.6.3	Moratória individual e direito adquirido .....	509
8.7	Parcelamento .....	512
	Questões .....	516
<b>9.</b>	<b>EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>519</b>
9.1	Considerações Iniciais .....	519
9.1.1	Pagamento .....	523
9.1.1.1	Cumulatividade das multas .....	523
9.1.1.2	Pagamento e presunções civilistas .....	524
9.1.1.3	Local e prazo para pagamento .....	525
9.1.1.4	Efeitos da mora em Direito Tributário .....	526
9.1.1.4.1	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças .....	526
9.1.1.4.2	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora .....	527
9.1.1.4.3	Processo administrativo de consulta .....	528
9.1.1.5	Forma de pagamento .....	528

9.1.1.6	Imputação em pagamento .....	530
9.1.1.7	Pagamento indevido e repetição de indébito .....	532
9.1.1.7.1	Restituição de tributo indireto .....	533
9.1.1.7.2	Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual .....	538
9.1.1.7.3	Restituição de juros e multas .....	539
9.1.1.7.4	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição .....	540
9.1.1.7.5	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo .....	546
9.1.1.7.6	Prazo na extinção não contenciosa do crédito .....	547
9.1.1.7.7	Prazo na extinção contenciosa do crédito .....	549
9.1.1.7.8	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial .....	551
9.1.2	Compensação .....	554
9.1.3	Transação .....	562
9.1.4	Remissão .....	563
9.1.5	Decadência .....	566
9.1.5.1	Regra geral .....	569
9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem .....	570
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal .....	571
9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação .....	574
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco” .....	576
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça .....	578
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social .....	580
9.1.6	Prescrição .....	582
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional .....	586
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal .....	586
9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora .....	588
9.1.6.1.3	A confissão de dívida .....	588
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional .....	590
9.1.7	Conversão do depósito em renda .....	594
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento .....	595

9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência .....	595
9.1.10	Decisão administrativa irreformável .....	599
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado .....	600
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis .....	600
	Questões .....	602
<b>10.</b>	<b>EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>605</b>
10.1	Considerações Iniciais .....	605
10.1.1	Isenção .....	606
10.1.2	Anistia .....	611
	Questões .....	614
<b>11.</b>	<b>GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>617</b>
11.1	A Questão Terminológica .....	617
11.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo .....	618
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário .....	619
11.2.2	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas .....	622
11.2.3	A “penhora <i>on-line</i> ” .....	624
11.2.4	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas .....	627
11.3	Os Privilégios .....	630
11.3.1	Regra geral .....	630
11.3.2	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata .....	630
11.3.3	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento .....	634
11.3.4	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária .....	635
11.3.5	Autonomia do executivo fiscal .....	636
11.3.6	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público .....	637
	Questões .....	640
<b>12.</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>643</b>
12.1	Considerações Iniciais .....	643
12.2	Fiscalização .....	644
12.2.1	Poderes das autoridades fiscais .....	644

12.2.2	Os deveres das autoridades fiscais .....	650
12.2.2.1	O dever de documentar o início do procedimento ....	651
12.2.2.2	O dever de manter sigilo e suas exceções .....	652
12.2.2.2.1	A transferência do sigilo .....	652
12.2.2.2.2	A divulgação das informações .....	654
12.2.2.2.3	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes .....	660
12.3	Dívida Ativa .....	662
12.4	Certidões Negativas .....	666
12.4.1	Certidões positivas com efeitos de negativas .....	667
12.4.2	Dispensa da apresentação de certidão negativa .....	669
12.4.3	Responsabilidade por expedição de certidão com erro .....	670
12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas .....	671
	Questões .....	674
<b>13.</b>	<b>OS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....</b>	<b>677</b>
13.1	Impostos Federais .....	678
13.1.1	Imposto sobre a Importação – II .....	678
13.1.1.1	Fato gerador .....	679
13.1.1.2	Base de cálculo .....	683
13.1.1.3	Contribuintes .....	684
13.1.1.4	Lançamento .....	684
13.1.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais .....	685
13.1.1.6	Visão geral do imposto .....	690
13.1.2	Imposto de Exportação – IE .....	690
13.1.2.1	Fato gerador .....	691
13.1.2.2	Base de cálculo .....	691
13.1.2.3	Contribuintes .....	692
13.1.2.4	Lançamento .....	692
13.1.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação .....	693
13.1.2.6	Visão geral do imposto .....	694
13.1.3	Imposto de Renda – IR .....	694
13.1.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR .....	695
13.1.3.2	Fato gerador .....	697

13.1.3.3	Base de cálculo .....	700
13.1.3.3.1	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ .....	700
13.1.3.3.2	Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF .....	701
13.1.3.4	Contribuintes .....	703
13.1.3.5	Lançamento .....	703
13.1.3.6	Visão geral do imposto .....	704
13.1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI .....	704
13.1.4.1	Seletividade .....	705
13.1.4.2	Não cumulatividade .....	706
13.1.4.3	Imunidades .....	712
13.1.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital .....	712
13.1.4.5	Fato gerador .....	713
13.1.4.6	Base de cálculo .....	717
13.1.4.7	Contribuintes .....	717
13.1.4.8	Lançamento .....	718
13.1.4.9	Visão geral do imposto .....	718
13.1.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF .....	719
13.1.5.1	IOF sobre o ouro .....	719
13.1.5.2	Fato gerador .....	720
13.1.5.3	Base de cálculo .....	721
13.1.5.4	Contribuintes .....	721
13.1.5.5	Lançamento .....	721
13.1.5.6	Visão geral do imposto .....	722
13.1.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR .....	722
13.1.6.1	Progressividade .....	723
13.1.6.2	Imunidade das pequenas glebas .....	724
13.1.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobran- ça .....	725
13.1.6.4	Fato gerador .....	726
13.1.6.5	Base de cálculo .....	728
13.1.6.6	Contribuintes .....	728
13.1.6.7	Lançamento .....	728
13.1.6.8	Visão geral do imposto .....	729
13.1.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF .....	729

13.2	Impostos estaduais .....	730
13.2.1	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD .....	731
13.2.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade .....	731
13.2.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança .....	732
13.2.1.3	Fato gerador .....	734
13.2.1.4	Base de cálculo .....	735
13.2.1.5	Contribuintes .....	735
13.2.1.6	Lançamento .....	736
13.2.1.7	Visão geral do imposto .....	736
13.2.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS .....	737
13.2.2.1	O conceito de mercadoria .....	738
13.2.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS .....	741
13.2.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias .....	742
13.2.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias .....	745
13.2.2.3	Seletividade .....	748
13.2.2.4	Não cumulatividade .....	749
13.2.2.5	A fixação das alíquotas interestaduais e de exportação ...	754
13.2.2.6	O ICMS nas operações interestaduais .....	756
13.2.2.7	O ICMS nas importações .....	765
13.2.2.8	ICMS e operações de leasing .....	768
13.2.2.9	ICMS e as operações de comodato na importação .....	772
13.2.2.10	A tributação conjunta de mercadorias e serviços .....	773
13.2.2.11	Imunidades .....	775
13.2.2.11.1	Exportações .....	775
13.2.2.11.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica .....	777
13.2.2.11.3	Outras imunidades .....	780
13.2.2.12	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes .....	780
13.2.2.13	Concessão de benefícios fiscais de ICMS .....	782
13.2.2.14	Fatos geradores .....	783
13.2.2.15	Bases de cálculo .....	786
13.2.2.16	Contribuintes .....	787

13.2.2.17	Lançamento .....	788
13.2.2.18	Visão geral do imposto .....	789
13.2.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	789
13.2.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA .....	790
13.2.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA .....	791
13.2.3.3	Lançamento .....	792
13.2.3.4	Visão geral do imposto .....	793
13.3	Impostos municipais .....	793
13.3.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU .....	793
13.3.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel ....	794
13.3.1.2	Progressividade extrafiscal .....	796
13.3.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel .....	797
13.3.1.4	Fato gerador .....	798
13.3.1.5	Base de cálculo .....	801
13.3.1.6	Contribuinte .....	801
13.3.1.7	Lançamento .....	804
13.3.1.8	Visão geral do imposto .....	805
13.3.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI .....	805
13.3.2.1	Definição do Município competente para a cobrança .....	807
13.3.2.2	A imunidade nos eventos societários .....	808
13.3.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária .....	811
13.3.2.4	Fato gerador .....	811
13.3.2.5	Base de cálculo .....	812
13.3.2.6	Contribuinte .....	813
13.3.2.7	Lançamento .....	814
13.3.2.8	Visão geral do imposto .....	814
13.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS .....	814
13.3.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS .....	816
13.3.3.2	Isonomia heterônoma nas exportações .....	819
13.3.3.3	Fato gerador .....	820
13.3.3.4	Sujeito ativo .....	821
13.3.3.5	Base de cálculo .....	823

	13.3.3.6	Contribuinte .....	823
	13.3.3.7	Lançamento .....	823
	13.3.3.8	Visão geral do imposto .....	823
		Questões .....	824
<b>14.</b>		<b>REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>827</b>
	14.1	Noções gerais .....	827
	14.2	Terminologia Adotada .....	828
	14.3	Espécies de Repartição .....	829
	14.4	Tributos cujas Receitas estão sujeitas À Repartição .....	829
	14.5	Impostos cujas Receitas não são Repartidas .....	831
	14.6	Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988 .....	831
	14.6.1	Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios .....	831
	14.6.2	Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal .....	831
	14.6.3	Repartição direta de receitas da União com os Municípios .....	834
	14.6.4	Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios .....	835
	14.7	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988 .....	839
	14.7.1	Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste .....	839
	14.7.2	O fundo de compensação à desoneração das exportações .....	844
	14.8	Garantias de Repasse .....	846
	14.9	O dever de repasse e as renúncias fiscais .....	847
		Questões .....	848
<b>15.</b>		<b>O SIMPLES NACIONAL .....</b>	<b>851</b>
	15.1	Considerações Iniciais .....	851
	15.2	Conceito .....	854
	15.3	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP .....	855
	15.4	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município .....	858
	15.5	Vedações à opção .....	859
	15.5.1	Vedação plena .....	860
	15.5.2	Vedação parcial .....	862
	15.6	Opção pelo Regime .....	865

15.7	Exclusão do Regime .....	866
15.8	Tributos Incluídos na Sistemática .....	868
15.9	Tributos Não Incluídos na Sistemática .....	870
15.10	Tributos Sujeitos a Regras Específicas .....	874
15.10.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras .....	874
15.10.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios .....	875
15.10.3	O ISS retido na fonte .....	876
15.10.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos .....	877
15.10.5	ISS e ICMS com valor fixo .....	878
15.10.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica .....	879
15.10.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI .....	879
15.11	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação .....	880
15.12	Situações abrangidas por imunidade objetiva .....	881
15.13	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado .....	884
15.14	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas .....	884
15.15	O microempreendedor individual – mei e a sistemática de recolhimento em valores fixos .....	889
15.16	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante .....	891
15.17	Privilegio no cumprimento de novas obrigações .....	893
15.18	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade .....	894
15.19	Domicílio Fiscal Eletrônico .....	895
15.20	Fiscalização Compartilhada .....	897
15.21	Processo administrativo fiscal .....	898
15.22	Processo Judicial .....	899
15.23	Instâncias de gerência do simples nacional .....	900
	Questões .....	901
<b>16.</b>	<b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LIBERDADE ECONÔMICA .....</b>	<b>905</b>
16.1	Elisão, evasão e elusão fiscais .....	905
16.1.1	Elisão fiscal .....	906
16.1.2	Evasão fiscal .....	907
16.1.3	Elusão fiscal e abuso das formas .....	909

16.2	Norma Geral Antielisão e Combate ao Abuso de Formas Jurídicas .....	911
16.3	A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário .....	915
16.3.1	Análise de Impacto Regulatório - AIR .....	917
16.3.2	Detalhamento das exigências para desconsideração da personalidade jurídica .....	919
	Questões .....	920
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	921
	<b>GABARITO</b> .....	925
	<b>APÊNDICE</b> .....	929